



Prefeitura
**Lagoa
Grande**

LEI Nº 011, DE 28 DE JUNHO DE 2022

REFORMULA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. As normas aplicáveis ao regime próprio de previdência social de Lagoa Grande serão definidas pela presente Lei Complementar.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei Complementar considera-se:

I – Segurado: servidor público titular de cargo efetivo, dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, de suas autarquias e fundações, ou beneficiário da estabilidade decorrente do disposto no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;

II – Beneficiário: pessoa física amparada pela cobertura previdenciária do regime próprio de previdência social, compreendendo o segurado e seus dependentes;

III – Plano de benefícios: o conjunto de benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados e seus dependentes, segundo as regras constitucionais e legais previstas;

IV – Plano de custeio: definição das fontes de recursos necessárias para o financiamento dos benefícios oferecidos pelo Plano de Benefícios e taxa de administração, representadas pelas alíquotas de contribuições previdenciárias a serem pagas pelo Município, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas ao regime próprio de previdência social e aportes necessários para atingir o equilíbrio financeiro e atuarial, com detalhamento do custo normal e suplementar;

V – Avaliação atuarial: estudo técnico desenvolvido pelo atuário, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população

analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano;

VI – Equilíbrio atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo;

VII – Equilíbrio financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do regime próprio de previdência social em cada exercício financeiro;

VIII – Contribuição previdenciária patronal: contribuição previdenciária do Município de Lagoa Grande, relativa ao custo normal, custo suplementar e taxa de administração, necessária para o custeio do plano de benefícios com alíquota definida em lei e incidente sobre a remuneração base de contribuição dos servidores;

IX - Contribuição previdenciária do servidor: contribuição previdenciária ordinária, retida dos servidores efetivos, para o custeio do plano de benefício com alíquota definida em lei e incidente sobre a remuneração base de contribuição;

X - Contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas: contribuição previdenciária ordinária, descontada dos proventos e pensões, dos aposentados e pensionistas, para o custeio do plano de benefícios, com alíquota e base de contribuição definida em lei;

XI - Taxa de administração: compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento do regime próprio de previdência social;

XII - Unidade gestora: a entidade integrante da estrutura da administração pública do Município com finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do regime próprio de previdência social, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

XIII – RPPS: regime próprio de previdência social de que trata o art. 40 da Constituição Federal;

XIV – O abono anual: décimo terceiro salário correspondente ao período em que o segurado ou seu dependente tenha recebido algum benefício previdenciário a cargo do FUNPRELAG.

XV - Jetom: o valor pago aos membros do Conselho Deliberativo de Previdência, em razão da participação nas reuniões.

TÍTULO II

DOS BENEFICIÁRIOS

CAPÍTULO I

DOS SEGURADOS

Art. 3º. São segurados obrigatórios do regime próprio de previdência social de Lagoa Grande:

I - Os servidores públicos titulares de cargo efetivo no Poder Executivo, incluindo suas autarquias e fundações, e no Poder Legislativo, do Município de Lagoa Grande;

II - Os beneficiários da estabilidade decorrente do disposto no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal

III - Os aposentados nos cargos efetivos citados nesta Lei Complementar.

§ 1º. Na hipótese legal de acumulação remunerada de cargos efetivos, o servidor será segurado obrigatório do regime próprio de previdência social de Lagoa Grande em relação a cada um dos cargos ocupados.

§ 2º. A perda da condição de segurado do regime próprio de previdência social de Lagoa Grande ocorrerá nas hipóteses:

I - Por seu falecimento;

II - Por exoneração, demissão ou cessação da aposentadoria;

III - Por ausência ou morte presumida, desde que declarada por sentença transitada em julgado.

§ 3º. Nas hipóteses dos incisos do parágrafo anterior, a perda da condição de segurado dar-se-á no dia imediato em que ocorrer o ato de exoneração ou demissão, ou morte, bem como cessação da aposentadoria.

§ 4º. A perda da qualidade de segurado do regime próprio de previdência social de Lagoa Grande não dá direito à restituição das parcelas correspondentes às contribuições previdenciárias vertidas para o custeio do plano de benefícios.

§ 5º. Não será passível de restituição, a contribuição previdenciária efetuada pelo segurado ativo afastado ou licenciado, sem direito à remuneração, durante o período de afastamento.

§ 6º. O servidor titular de cargo efetivo amparado pelo regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, nomeado para o exercício de cargo em comissão no âmbito do Município de Lagoa Grande, continua vinculado a esse regime de previdência, não sendo devidas contribuições ao Regime Geral de Previdência Social sobre a parcela de remuneração correspondente ao cargo comissionado.

§ 7º. A filiação do servidor do Município de Lagoa Grande, em seu regime próprio de previdência social, é obrigatória e automática, e ocorre quando da investidura no cargo de provimento efetivo.

§ 8º. Na hipótese de acumulação constitucional de cargos, constante do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, o servidor terá filiação individualizada para cada cargo ocupado.

Art. 4º. Excluem-se da filiação do Regime Próprio de Previdência Social de Lagoa Grande os titulares de cargo eletivo, o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou emprego público, aos quais se aplica o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Parágrafo único. Os segurados exercentes de mandato de vereador, que ocupem o cargo efetivo e exerçam, concomitantemente, o mandato, filia-se ao regime próprio de previdência social de Lagoa Grande pelo cargo efetivo, e, pelo mandato eletivo, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 5º. Os segurados do regime próprio de previdência social de Lagoa Grande permanecerão vinculados a este regime previdenciário nas seguintes situações:

I - Quando cedido, com ou sem ônus para o cessionário, a órgão ou entidade da administração direta ou indireta de outro ente federativo;

II - Quando licenciado por interesse particular, desde que efetue o recolhimento das contribuições previdenciárias patronal e do servidor;

III - Durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo em quaisquer dos entes federativos, sendo que este deverá repassar a contribuição previdenciária do servidor e a parte patronal, que terá como base de cálculo o valor da remuneração do cargo efetivo por ele provido.

§ 1º Na cessão de servidores para outro ente federativo, em que o pagamento da remuneração seja com ônus para o órgão ou para a entidade cessionária, será de responsabilidade deste:

I – o desconto da contribuição previdenciária do servidor; e

II – o repasse da contribuição previdenciária patronal;

§ 2º. Caberá ao cessionário efetuar o repasse da contribuição patronal e do servidor ao FUNPRELAG, no mesmo percentual e demais regras definidas pela legislação do Município de Lagoa Grande.

§ 3º. Caso o cessionário não efetue o repasse das contribuições à unidade gestora no prazo legal, caberá ao órgão cedente efetuar-lo, buscando o reembolso de tais valores junto ao cessionário.

§ 4º. O termo ou ato de cessão do servidor com ônus para o cessionário,

deverá prever a responsabilidade do desconto, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao FUNPRELAG, conforme valores informados mensalmente pelo cedente.

§ 5º. Na cessão de servidores para outro ente federativo, sem ônus para o cessionário, continuará sob a responsabilidade do cedente, o desconto e o repasse das contribuições ao FUNPRELAG.

§ 6º. Nas hipóteses de cessão, licenciamento ou afastamento de servidor, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração de contribuição do cargo efetivo de que o servidor é titular.

§ 7º. Não incidirão contribuições para o FUNPRELAG, das parcelas remuneratórias complementares, não integrantes da remuneração do cargo efetivo, pagas pelo ente cessionário ao servidor cedido, exceto na hipótese em que houver a opção pela contribuição facultativa pelo servidor ao FUNPRELAG.

§ 8º. O segurado ativo afastado ou licenciado do cargo efetivo, sem direito à remuneração, terá suspenso o seu vínculo com o regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, enquanto durar o afastamento ou a licença, não lhe assistindo, neste período, os benefícios do mencionado regime.

§ 9º. Caso opte por efetuar a contribuição de que trata o **caput** deste artigo, o segurado ativo afastado ou licenciado do cargo efetivo, somente contará o respectivo tempo de contribuição, mediante o recolhimento mensal das contribuições, não lhe assistindo, neste período, o direito a concessão dos benefícios de aposentadoria e pensão do regime próprio de previdência social de Lagoa Grande.

§ 10. Observados outros critérios estabelecidos em lei, somente serão considerados segurados do regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, os servidores efetivos, durante o período de contribuição previdenciária.

§ 11. A contribuição efetuada durante o afastamento ou licenciamento do servidor não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo no cargo efetivo na concessão de aposentadoria.

§ 12. As disposições deste artigo aplicam-se aos afastamentos dos servidores para o exercício de mandato eletivo em outro ente federativo.

§ 13. Quando houver acumulação de cargo efetivo e cargo em comissão, com exercício concomitante e compatibilidade de horários, haverá o vínculo e o recolhimento ao regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, pelo cargo efetivo e, ao RGPS, pelo cargo em comissão.

CAPÍTULO II

DOS DEPENDENTES

Art. 6º. São beneficiários do regime próprio de previdência social de

Lagoa Grande, na condição de dependentes do segurado:

I – o cônjuge;

II – o(a) companheiro(a), cumpridas as condições definidas nesta Lei Complementar;

III – o filho solteiro, não emancipado, que atenda a um dos seguintes requisitos:

a) seja menor de 21 (vinte e um) anos;

b) seja inválido, desde a menoridade previdenciária de 21 (vinte e um) anos; ou

c) tenha deficiência intelectual, mental ou grave, desde a menoridade previdenciária de 21 (vinte e um) anos;

IV – o enteado, solteiro, não emancipado, que comprove dependência econômica para com o segurado e atenda a um dos requisitos previstos no inciso III deste artigo;

V – o menor tutelado, solteiro, não emancipado, que comprove dependência econômica para com o segurado e que:

a) seja menor de 18 (dezoito) anos de idade; ou

b) seja inválido, desde a menoridade civil; ou

c) tenha deficiência intelectual, mental ou grave, desde a menoridade civil.

VI – os pais, desde que comprovada a dependência econômica para com o segurado, existente na data do óbito; e

VII – o irmão solteiro, não emancipado, que comprove dependência econômica para com o segurado e atenda a um dos requisitos previstos no inciso III deste artigo.

Parágrafo único. O dependente inválido ou deficiente, de que trata este artigo, estará obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se perícia médica utilizada para aposentadoria por incapacidade permanente.

Art. 7º. A perda da condição de dependente, para os fins do regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, ocorrerá:

I – para o cônjuge:

a) pela separação ou divórcio, judicial ou extrajudicial, quando não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

b) pela anulação judicial do casamento.

c) pela separação de fato, quando não lhe for assegurada, judicial ou extrajudicialmente, a prestação de alimentos.

II – para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III – para o filho, enteado ou irmão, pela emancipação ou ao completarem 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se comprovadamente inválido ou que tenha deficiência intelectual, mental ou grave, desde a menoridade previdenciária de 21 (vinte e um) anos, na forma prevista nesta Lei Complementar;

IV – para o menor tutelado, pela emancipação ou implemento da maioridade civil, salvo se comprovadamente inválido ou que tenha deficiência intelectual, mental ou grave, desde a menoridade civil, na forma prevista nesta Lei Complementar;

V – para os dependentes em geral:

a) pela cessação da dependência econômica;

b) pela emancipação;

c) pela cessação da invalidez ou da deficiência;

e) pelo falecimento.

Art. 8º. Considera-se para a filiação de dependente, para os efeitos da concessão da pensão por morte de segurado do regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, o disposto neste artigo.

§ 1º. Comprovação dependência para o conjugue ou filhos, se dará pela apresentação da certidão de casamento ou de nascimento, respectivamente.

§ 2º. Considera-se companheiro(a), para efeitos do disposto no **caput**, a pessoa que, sem ser casada civilmente ou impedida legalmente, mantenha com o segurado união estável, a ser comprovada pela apresentação de, no mínimo, três documentos seguintes:

I – Certidão de nascimento de filho havido em comum;

II – Certidão de casamento religioso;

III – Comprovação de compra e venda de imóvel em conjunto;

IV – Declaração de união estável feita pelos conviventes registrada em cartório;

V – Prova de mesmo domicílio;

VI – Prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;

VII – Procuração ou fiança reciprocamente outorgada;

VIII – Conta bancária conjunta;

IX – Registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado;

X – Apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária.

§ 3º. As provas de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, produzido em período não superior a 24 (vinte e quatro) meses anterior à data do óbito.

§ 4º. Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente, o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica para com o segurado.

§ 5º. No caso de dependente inválido, para fins de inscrição e concessão de benefício, caberá ao dependente a comprovação da invalidez, devendo ser apresentado atestado emitido por médico especialista.

§ 6º. O fato superveniente que importa em exclusão ou inclusão de dependente deve ser comunicado ao regime próprio de previdência social de Lagoa Grande

Art. 9º. Para comprovação da dependência econômica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I – Declaração de Imposto de Renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;

II – Disposições testamentárias em benefício do interessado;

III – comprovantes de depósitos ou transferências contínuos de valores, devidamente identificados, efetuados pelo instituidor da pensão em conta bancária do(a) requerente, nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao óbito;

IV – Comprovantes de pagamentos de aluguéis ou despesas domésticas contínuas pelo instituidor da pensão em benefício do(a) requerente, devidamente identificados, nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao óbito;

V – Comprovantes de pagamentos contínuos pelo instituidor da pensão de mensalidades escolares do(a) requerente;

VI – Declaração emitida pelo INSS de não inscrição pelo exercício de atividade de filiação obrigatória e de não recebimento de benefício



Prefeitura
Lagoa Grande

previdenciário superior a 1 (um) salário mínimo nacional; e

VII – inscrição em instituição de assistência médica da qual constem o segurado como titular e o interessado como dependente.

Art. 10. Ocorrendo o falecimento do segurado, sem que tenha sido feita a inscrição do dependente, cabe a este promovê-la, observando os seguintes critérios:

I – o companheiro ou companheira: pela comprovação do vínculo, na forma prevista nos artigos anteriores;

II – pais e irmãos: pela comprovação de dependência econômica.

Art. 11. Os pais ou irmãos deverão, para fins de concessão de benefícios, comprovar a inexistência de dependentes preferenciais, mediante declaração firmada perante o regime próprio de previdência social de Lagoa Grande.

TÍTULO III

DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CAPÍTULO I

DAS ESPÉCIES DE BENEFÍCIOS

Art. 12. O Regime Próprio de Previdência Social de Lagoa Grande compreenderá os seguintes benefícios:

I - Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária por idade;

II - Quanto ao dependente:

- a) pensão por morte.

Parágrafo único. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho, o salário-maternidade, o salário-família e o auxílio-reclusão serão pagos diretamente pelo Município, e não correrão à conta do regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, na forma do art. 9º, §3º da Emenda Constitucional nº 103/2019.

CAPÍTULO II

DAS REGRAS GERAIS PARA APOSENTADORIA E PENSÃO

Art. 13. O servidor público, vinculado ao regime próprio de previdência social do Município de Lagoa Grande, será aposentado, nos termos dos seguintes dispositivos da Emenda Constitucional nº 103, de 2019:

I - Incisos I, II e III do § 1º, incisos II e III do § 2º e §§ 3º e 4º, todos do art. 10; ou

II - Caput do art. 22.

Parágrafo único. Os servidores de que trata **caput** serão aposentados com as idades mínimas previstas para os servidores vinculados ao regime próprio de previdência social da União no inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, observada a redução de idade mínima para os ocupantes de cargo de professor de que trata o § 5º do art. 40 da Constituição Federal e os demais requisitos e critérios estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 14. Para o cálculo e o reajustamento dos benefícios de que tratam os arts. 13, 15, 20 e 23 desta Lei Complementar, será aplicado o disposto no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

§ 1º. O valor do benefício de aposentadoria de que trata o art. 22, corresponderá:

I - 100% (cem por cento) da média aritmética definida na forma prevista no **caput** e no § 1º do art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, nos casos da aposentadoria de que trata os incisos I, II, III do art. 22 desta Lei Complementar;

II - 70% (setenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no **caput** e no § 1º do art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, mais 1% (um por cento) do salário de benefício por grupo de 12 (doze) contribuições mensais até o máximo de 30% (trinta por cento), no caso de aposentadoria por idade.

§ 2º. Aplica-se ainda, na presente Lei Complementar, o inciso I e IV do § 2º, e inciso I do § 3º, todos do art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

§ 3º. Os benefícios calculados nos termos deste artigo serão reajustados nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.

SEÇÃO I

DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO

Art. 15. A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho,



será assegurada, ao servidor público vinculado ao regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação e for considerado incapaz para o trabalho.

§ 1º. A concessão de aposentadoria por incapacidade permanente dependerá da verificação da condição de incapacidade por meio de exame médico-pericial expedido por junta médica ou por um médico perito.

§ 2º. Exceto para aqueles que já completaram 75 anos de idade, será obrigatória a realização de avaliações médicas periódicas, no máximo a cada 02 (dois) anos, de acordo com a recomendação do laudo médico, expedido pelos profissionais de que trata o parágrafo anterior, para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria por incapacidade permanente.

§ 3º. O ônus financeiro do custeio da junta médica ou médico perito de que trata este artigo será do FUNPRELAG, subsidiariamente do Município de Lagoa Grande, quando insuficiente os recursos advindos da Taxa de Administração.

§ 4º. O não comparecimento do segurado aposentado por incapacidade permanente, no prazo designado, realização de avaliações médicas periódicas, implicará na suspensão do pagamento do benefício.

Art. 16. Verificada a recuperação da capacidade para o trabalho do segurado aposentado por incapacidade permanente, cessará o benefício, e o segurado retornará para as suas atividades no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

Art. 17. A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao regime próprio de previdência social de Lagoa Grande não lhe conferirá direito à aposentadoria por incapacidade permanente, exceto quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Art. 18. O aposentado por incapacidade permanente para o trabalho que voltar a exercer qualquer atividade laboral terá a aposentadoria cessada a partir da data do retorno as atividades laborais.

Art. 19. O pagamento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de alienação mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

SEÇÃO II

DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 20. O servidor público, vinculado ao regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, será aposentado compulsoriamente aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, a partir do dia imediato em que completá-los.

§ 1º. A aposentadoria compulsória independe de requerimento, e o ato de



concessão do benefício terá vigência a partir do dia imediato àquele em que o segurado atingir a idade-limite prevista no **caput**.

§ 2º. O segurado fica imediatamente afastado de suas funções a partir da data em que atingir a idade-limite de que trata o **caput**.

Art. 21. São nulos os atos concessórios de vantagens ao servidor que, após o implemento da idade limite para permanência no serviço público, tenha sido mantido em exercício de cargo de provimento efetivo.

SEÇÃO III

DA APOSENTADORIA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 22. Ao servidor público, vinculado ao regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, será assegurado a aposentadoria para pessoa com deficiência, desde que cumpridos, no caso do servidor, o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

I - Aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;

II - Aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

III - Aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou

IV - Aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

§ 1º. Para a definição das deficiências grave, moderada e leve para os fins desta Lei Complementar, aplicar-se-á a regras contidas no regulamento do Regime Geral de Previdência Social para esse fim.

§ 2º. Para o reconhecimento do direito à aposentadoria de que trata este artigo, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.



§ 3º. A avaliação biopsicossocial e a definição do grau da deficiência, dos servidores, para fins da aposentadoria de que trata este artigo, será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, podendo utilizar os profissionais de que trata o art. 12 desta Lei Complementar.

§ 4º. A contagem de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência será objeto de comprovação, exclusivamente, na forma desta Lei Complementar.

§ 5º. A existência de deficiência anterior à data da vigência desta Lei Complementar deverá ser certificada, inclusive quanto ao seu grau, por ocasião da primeira avaliação, sendo obrigatória a fixação da data provável do início da deficiência.

§ 6º. A comprovação de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência em período anterior à entrada em vigor desta Lei Complementar não será admitida por meio de prova exclusivamente testemunhal.

§ 7º. Se o segurado, após a filiação ao regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, tornar-se pessoa com deficiência, ou tiver seu grau de deficiência alterado, os parâmetros mencionados no **caput**, serão proporcionalmente ajustados, considerando-se o número de anos em que o segurado exerceu atividade laboral sem deficiência e com deficiência, observado o grau de deficiência correspondente.

§ 8º. A redução do tempo de contribuição prevista neste artigo não poderá ser acumulada, no tocante ao mesmo período contributivo, com a redução assegurada aos casos de atividades exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde.

SEÇÃO IV

DA PENSÃO POR MORTE

Art. 23. Para concessão de pensão por morte, concedida a dependente de segurado do regime próprio de previdência social do Município de Lagoa Grande, falecido a partir da vigência desta Lei Complementar, será aplicado o disposto nos §§ 1º ao 6º e **caput** do art. 23 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Parágrafo único. Os benefícios de pensão por morte de que trata este artigo serão reajustados nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 24. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - Do óbito, quando requerida em até cento e oitenta dias após o óbito, para os filhos menores de dezesseis anos, ou quando requerida no prazo de noventa dias, para os demais dependentes;

II - Do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;

III - Da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Art. 25. O direito à percepção de cada cota individual cessará:

I - Pela morte do pensionista;

II - Para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, ao completar vinte e um anos de idade, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

III - Para filho ou irmão inválido, pela cessação da invalidez;

IV - Para filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, pelo afastamento da deficiência;

V - Para cônjuge ou companheiro:

a) se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez ou pelo afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas “b” e “c”;

b) em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

- 1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;
- 2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;
- 3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
- 4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;
- 5) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§ 1º. Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea “a” ou os prazos previstos na alínea “c”, ambas do inciso V do **caput** deste artigo, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 2º. Com a extinção da parte do último pensionista a pensão extinguir-se-á.

§ 3º. O tempo de contribuição a regime próprio de previdência social de Lagoa Grande será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais de que tratam as alíneas “b” e “c” do inciso V do **caput** deste artigo.

§ 4º. O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da parte individual da pensão do dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.

§ 5º. Qualquer inscrição ou habilitação posterior, que implique na exclusão ou inclusão de dependentes só produzirá efeito a contar da data em que for feita.

§ 6º. O cônjuge ausente não excluirá o(a) companheiro(a) inscrito do direito à pensão, que só será devida àquele(a) a contar da data de sua habilitação.

Art. 26. Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

Parágrafo único. Perde o direito ainda, à pensão por morte, o cônjuge ou o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apurada em processo judicial, assegurados os direitos ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 27. A pensão poderá ser concedida ainda por morte presumida:

I - Mediante sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária, a contar da data de sua emissão; ou

II - Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente da declaração deste artigo.

Parágrafo único. Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente, ficando desobrigados, os beneficiários, da reposição das quantias já recebidas.

SEÇÃO V

DO AUXÍLIO DOENÇA

Art. 28 – O auxílio-doença, verba de caráter indenizatório, será concedido ao servidor incapacitado para trabalho durante o período em que permanecer incapaz, podendo transformar-se em aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho após dois anos de sua concessão, sem interrupção, a critério da junta médica do Município.

§ 1º - O auxílio-doença, por prazo superior a 10 dias, será concedido a critério de junta médica do Município.

§ 2º - O segurado em gozo de auxílio-doença deverá se submeter, sob pena de suspensão do pagamento do benefício, a exames médicos periódicos e a tratamentos, processos, readaptações profissionais e demais procedimentos prescritos pela junta médica do Município.

§ 3º - O auxílio-doença deverá ser custeado com recursos previstos no orçamento da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande e não poderá ser custeado com recursos oriundos do orçamento do Fundo Previdenciário de Lagoa Grande.

Art. 29 - O auxílio-doença corresponderá a 86% (oitenta e seis por cento) do valor da última remuneração do cargo efetivo percebido na data do afastamento.

Parágrafo único - O valor do benefício relativo ao primeiro e último mês será calculado de forma a corresponder, por dia de afastamento, a um trinta avos do valor da base de contribuição do segurado.

SEÇÃO VI DO SALÁRIO-FAMÍLIA

Art. 30 - Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado que receba remuneração igualou inferior a R\$ 1.364,43 (mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos), na proporção do número de filhos ou equiparados.

§1º - O valor da cota do salário-família correspondente a cada filho ou equiparado, é de R\$ 46,54 (quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

§2º - O direito ao salário-família será adquirido a partir da data do requerimento, desde que preenchidos os requisitos para sua percepção.

§3º - O valor limite previsto no caput será corrigido pelos mesmos índices de correção aplicados aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

§4º - O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação:

I - Da certidão de nascimento do filho ou da documentação do equiparado ou inválido;

II - Do atestado anual de vacinação obrigatória até os sete anos;

III - Da frequência escolar semestral, nos meses de marca e agosto de cada ano.

§5º - Os servidores inativos farão jus ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.

§6º - O salário-família não se incorpora, para nenhum efeito, à remuneração ou ao benefício, não estando sujeito a desconto de qualquer natureza.

§7º - O salário-família possui natureza indenizatória e deverá ser custeado com recursos previstos no orçamento da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande, não podendo ser custeado com recursos oriundos do orçamento do Fundo Previdenciário de Lagoa Grande.

Art. 31º - Quando o pai e a mãe forem segurados nos termos dessa Lei, e viverem em comum, ambos terão direito ao salário-família.

Parágrafo Único – Em caso de divórcio, separação judicial ou separação de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda de pátrio poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor, ou a outra pessoa se houver determinação judicial nesse sentido.

SEÇÃO VII DO SALÁRIO MATERNIDADE

Art. 32 – O salário-maternidade é devido à segurada gestante por cento e oitenta dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

§1º - Em casos excepcionais, os períodos de repouso, anterior e posterior ao parto, poderão ser aumentados em mais duas semanas, a critério da junta médica do Município.

§2º - A concessão do salário-maternidade dependerá de apresentação da certidão de nascimento, inclusive de natimorto.

§3º - Ocorrendo aborto não criminoso, comprovado pela junta médica do Município, a segunda terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§4º - Se por ocasião do salário-maternidade, for verificado que a segurada se encontra em gozo de auxílio-doença, este cessará, comunicando-se o fato à junta médica do Município.

§5º - O benefício de que trata o caput será pago mensalmente e corresponderá ao valor de 86% (oitenta e seis por cento) da última remuneração do cargo efetivo percebido na data do afastamento.

§6º - O salário-maternidade possui natureza indenizatória e deverá ser custeado com recursos previstos no orçamento da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande, não podendo ser custeado com recursos oriundos do orçamento do Fundo Previdenciário de Lagoa Grande.

Art. 33 – À segurada que adotar crianças, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção, é devido salário-maternidade nos seguintes períodos:

I - Cento e vinte dias, se a criança tiver até um ano de idade;

II - Sessenta dias, se a criança tiver entre um ano e quatro anos de idade;

III – Trinta dias, se a criança tiver de quatro a oito anos de idade.

SEÇÃO VIII DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 34 – Ao dependente do segurado recolhido à prisão, será devido auxílio-reclusão de valor mensal igual a um salário mínimo vigente, desde que perceba remuneração mensal, igual ou inferior a R\$ 1.364,43 (mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos), encontrando-se esta suspensa; e que não esteja em gozo de aposentadoria ou auxílio-doença.

§1º - O teto de remuneração previsto no caput será corrigido pelos mesmos índices de correção aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§2º - Em qualquer hipótese, o auxílio-reclusão somente será devido aos dependentes enquanto for mantida a qualidade de segurado.

§3º - O auxílio-reclusão será pago em cotas iguais aos dependentes, a contar da data:

I – Da reclusão, quando requerido até trinta dias depois desta;

II – Do requerimento, quando requerido após o prazo previsto no inciso I.

§4º - O auxílio-reclusão possui natureza indenizatória e deverá ser custeado com recursos previstos no orçamento da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande, não podendo ser custeado com recursos oriundos do orçamento do Fundo Previdenciário de Lagoa Grande.

Art. 35 – O pagamento do auxílio-doença, salário-família, salário maternidade e auxílio-reclusão aos respectivos beneficiários será de responsabilidade do Município.

CAPÍTULO III

DA REGRA DE TRANSIÇÃO PARA A APOSENTADORIA

Art. 36. Assegurado o direito de opção pelas regras previstas no art. 13 desta Lei Complementar, o servidor público, vinculado ao regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo, até a data de entrada em vigor desta Lei Complementar, poderá aposentar-se nos termos dos seguintes dispositivos da Emenda Constitucional nº 103, de 2019:

I - **Caput** e §§ 1º ao 8º do art. 4º;

II - **Caput** e §§ 1º ao 3º do art. 20; ou

III - **Caput** e §§ 1º e 2º do art. 21.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do IV, do art. 20, da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, no âmbito do Município de Lagoa Grande, será considerada a seguinte redação:

I - Período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Lei Complementar, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II, do art. 20, da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Art. 37. A concessão de aposentadoria ao servidor vinculado ao regime próprio de previdência do Município e de pensão por morte aos respectivos dependentes, será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção destes benefícios até a data de entrada em vigor desta Lei Complementar, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

§ 1º. Os proventos de aposentadoria a serem concedidos ao servidor a que se refere o **caput** e as pensões por morte devidas aos seus dependentes, serão calculados e reajustados, de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão destes benefícios.

§ 2º. É assegurado o direito ao recebimento do benefício de aposentadoria mais favorável ao servidor municipal, desde que tenham sido implementados todos os requisitos para sua concessão, ou de pensão aos seus dependentes, calculada com base na aposentadoria voluntária que seria devida se estivesse aposentado à data do óbito.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA APOSENTADORIA

Art. 38. Os proventos de aposentadoria ou as pensões não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, para os servidores vinculados ao regime de previdência complementar de que trata os §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 39. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de Regime Próprio de Previdência Social de Lagoa Grande, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social.

Art. 40. A concessão de aposentadoria ou pensão se dará por ato do Diretor do FUNPRELAG.

§ 1º. O servidor somente poderá afastar de suas atividades após a publicação do ato de concessão da aposentadoria.

§ 2º. O Diretor do FUNPRELAG deverá comunicar ao departamento de recursos humanos do Município sobre a inatividade do servidor efetivo.

Art. 41. Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de

Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas às medidas administrativas e jurídicas pertinentes.

Art. 42. Os processos para concessão de aposentadoria e pensão, de que trata esta Lei Complementar, serão instruídos com os documentos e informações estabelecidos em ato normativo expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO I

DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Art. 43. Fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória, o servidor de cargo efetivo, que optar por permanecer em atividade e que tenha cumprido, ou cumprir, os requisitos para aposentadoria voluntária estabelecidas nos seguintes dispositivos:

I - Alínea "a" do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, antes da data de vigência desta Lei Complementar;

II - Art. 2º, § 1º do art. 3º ou art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, ou art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, antes da data de vigência desta Lei Complementar;

III - Arts. 4º, 10, 20, 21 e 22 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Parágrafo único. O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade dos Poderes do Município em que o servidor estiver em atividade e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para a obtenção do benefício.

SEÇÃO II

DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 44. O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria, observado o disposto nos §§ 9º e 9º-A do art. 201 da Constituição Federal, e o tempo de serviço correspondente será contado para fins de disponibilidade.

Art. 45. O tempo de contribuição será contado em dias e, depois de deduzidas as faltas, interrupções, suspensões e licenças não remuneradas, convertido em anos, considerando o ano como de 365 dias.

Parágrafo único. Não se admitirá o arredondamento de tempo de contribuição para alcançar o tempo mínimo de contribuição necessário para a aposentadoria.

Art. 46. O tempo de serviço prestado em atividade sujeita ao Regime Geral

de Previdência Social só deverá ser averbado e considerado como tempo de contribuição para efeito da aposentadoria, se comprovado mediante certidão expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social.

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO E DO CUSTEIO

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE LAGOA GRANDE

Art. 47. O Regime Próprio de Previdência Social de Lagoa Grande será gerido pelo Fundo Previdenciário do Município de Lagoa Grande (FUNPRELAG), Autarquia Municipal de natureza especial, dotada autonomia administrativa, financeira e patrimonial e de personalidade jurídica própria, com sede na cidade de Lagoa Grande-PE, e com prazo de duração indeterminado.

§ 1º - O FUNPRELAG será constituído de:

I – Receitas de contribuições previdenciárias:

- a)** dos servidores ativos;
- b)** dos servidores inativos e pensionistas;
- c)** do patronal;
- d)** de parcelamentos.

II – Valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal;

III – Receitas decorrentes de aplicações financeiras e investimentos patrimoniais e aluguéis;

IV – Quaisquer bens, direitos e ativos;

V - Créditos referentes a juros, multas e atualização monetária;

VI - Ativos mobiliários e imobiliários e seus rendimentos, inclusive os decorrentes de alienações;

VII - Valores aportados pelo Município;

VIII - Doações, legados e rendas extraordinárias ou eventuais;

IX - Outros bens e recursos eventuais que lhe forem destinados ou incorporados, inclusive decorrentes de créditos suplementares;

X - Recursos provenientes de contratos, convênios ou quaisquer outros acordos, firmados com a União ou outro ente federativo, inclusive com organismos internacionais;

XI - Demais dotações previstas no orçamento municipal.

§ 2º. Constituem também fontes de receita do FUNPRELAG, as contribuições sobre o abono anual e sobre a remuneração dos servidores afastados ou em licença para interesse particular.

§ 3º. A contribuição previdenciária a ser recolhida pelo segurado afastado ou licenciado, terá como alíquota o percentual equivalente à soma da contributiva do segurado com a alíquota patronal e terá como base de cálculo a remuneração de contribuição da competência a ser recolhida, observado que:

I - Sempre que houver alteração na remuneração do cargo a que estiver vinculado o segurado afastado ou licenciado, a base de cálculo da contribuição será atualizada de acordo com a evolução salarial do respectivo cargo;

II - Caso seja verificada a ocorrência de recolhimento da contribuição com a utilização de alíquota ou base de cálculo em desacordo com a legislação em vigor, deverá ser efetuado o pagamento da diferença da referida competência;

III - Também será devido pelo segurado ativo, afastado ou licenciado, a contribuição previdenciária incidente sobre o abono anual, que incidirá na fração de 1/12 (um doze avos) por mês, a ser recolhido juntamente com a parcela mensal referida neste parágrafo;

IV - A contribuição previdenciária efetuada durante o afastamento ou licenciamento do segurado ativo não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, de efetivo exercício no serviço público e de tempo no cargo efetivo na concessão de aposentadoria;

V - Em caso de atraso no recolhimento, serão aplicados os encargos moratórios previstos nesta Lei Complementar.

§ 4º. Incidirá contribuição de responsabilidade do segurado, ativo e inativo, do pensionista e do município, sobre as parcelas que componham a base de cálculo, pagas retroativamente em razão de determinação legal, administrativa ou judicial, observando-se que:

I - Se for possível identificar-se as competências a que se refere o pagamento, aplicar-se-á a alíquota vigente em cada competência;

II - Em caso de impossibilidade de identificação das competências a que

se refere o pagamento, aplicar-se-á a alíquota vigente na competência em que for efetuado o pagamento;

III - Em qualquer caso, as contribuições correspondentes deverão ser repassadas à unidade gestora no mesmo prazo fixado para o repasse das contribuições relativas à competência em que se efetivar o pagamento dos valores retroativos;

IV - Se as contribuições devidas forem repassadas após o prazo previsto no inciso III, incidirão os mesmos acréscimos legais previstos para as contribuições relativas à competência do pagamento.

§ 5º. Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual, excluídas:

I – As diárias para viagens;

II – A ajuda de custo em razão de mudança de sede;

III – A indenização de transporte;

IV – O salário-família;

V – O auxílio-alimentação;

VI – O auxílio-creche;

VII – O abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição;

VIII - 1/3 (um terço) das férias;

IX - As demais verbas de natureza indenizatória, não incorporáveis, previstas em lei;

X – As parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, as horas-extras, a parcela percebida que em decorrência do exercício do cargo em comissão ou de função de confiança, as demais verbas de natureza indenizatória, não incorporáveis, ressalvado, para todos os casos, o disposto no § 5º deste artigo.

§ 6º. O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão, na base de cálculo da contribuição, de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, daquelas recebidas a título de adicional noturno ou de horas-extras, para efeito de cálculo do benefício.

§ 7º. A opção pela inclusão, na base de cálculo da contribuição, de que trata o parágrafo anterior, deverá ser formalizada expressamente pelo servidor junto ao Município, não assistindo, nesse caso, em qualquer hipótese, direito a restituição de valores da contribuição sobre a verba incluída.

§ 8º. Fica vedada aos proventos de aposentadoria e à pensão por morte a incorporação de verbas remuneratórias que não tenham integrado a base de cálculo da contribuição.

§ 9º. O FUNPRELAG terá por finalidade administrar o regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, cabendo-lhe, além de outras competências previstas em lei:

I – Prover recursos para o pagamento dos benefícios previdenciários e de suas despesas administrativas;

II – A análise, concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários assegurados pela presente Lei Complementar;

III – A gestão dos recursos arrecadados.

§ 10. Os recursos financeiros do FUNPRELAG somente poderão ser utilizados para o pagamento de aposentadoria, pensão e para o custeio das despesas administrativas decorrentes da taxa de administração.

§ 11. O Município será responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do FUNPRELAG decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários e de despesas administrativas.

SEÇÃO I

DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 48. A taxa de administração necessária ao custeio das despesas administrativas do FUNPRELAG, obedecendo o disposto na Portaria nº MPS 402 de 10 de dezembro de 2008, será de 3% (três por cento), aplicados sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao regime próprio de previdência social de Lagoa Grande, apurado no exercício financeiro anterior, observando-se que:

I – Será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do FUNPRELAG, inclusive para conservação de seu patrimônio;

II – Na verificação do limite definido no **caput** deste parágrafo, não serão computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos;

III – O FUNPRELAG poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração;

IV – A reserva das sobras de que trata o inciso anterior, poderão ser revertidas, para o pagamento dos benefícios previdenciários do FUNPRELAG;

CAPÍTULO II

DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Art. 49. O percentual da contribuição previdenciária do Município de Lagoa Grande (parte patronal), dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídas as autarquias e fundações obedecerá ao disposto na Lei nº 015 de 06 de agosto de 2021.

§ 1º. A contribuição previdenciária dos servidores efetivos ativos será de 14% (quatorze por cento) e a contribuição patronal será definida em lei específica.

§ 2º. A alíquota prevista no parágrafo anterior incidirá sobre:

I – A totalidade da base de cálculo da contribuição, quando o segurado tiver ingressado no serviço público de qualquer ente da Federação até a data anterior à instituição do Regime de Previdência Complementar – RPC, no âmbito do Município de FUNPRELAG, e não tiver optado por limitar seus benefícios previdenciários ao valor máximo dos benefícios do RGPS; e

II – A base de cálculo da contribuição que não exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS de que trata o art. 201 da Constituição Federal, se o segurado tiver ingressado no serviço público de qualquer ente da Federação a partir de instituição do Regime de Previdência Complementar – RPC, no âmbito do Município de Lagoa Grande, ou se o segurado que tiver ingressado anteriormente a esta data tenha optado por limitar seus benefícios previdenciários ao valor máximo dos benefícios do RGPS.

§ 3º. O percentual da contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas, do regime próprio de previdência social do Município de Lagoa Grande, terá alíquota igual à dos servidores efetivos ativos e incidirá apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que superem 01 (um) salário-mínimo.

§ 4º. A contribuição calculada sobre o benefício de pensão por morte terá como base de cálculo o valor total desse benefício, independentemente do número de cotas, sendo o valor da contribuição rateado entre os pensionistas, na proporção de cada cota-parte.

§ 5º. O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 6º. A contribuição previdenciária dos segurados será retida pelo órgão responsável pelo pagamento da remuneração do servidor, e repassada ao FUNPRELAG.

§ 7º. A retenção da contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas será realizada pelo FUNPRELAG.

§ 8º. Incidirá contribuição de responsabilidade do segurado, ativo e inativo, do pensionista e do Município sobre as parcelas que compoñham a base de cálculo,

pagas retroativamente em razão de determinação legal, administrativa ou judicial, observando-se que:

I – Sendo possível identificar as competências a que se refere o pagamento, aplicar-se-á a alíquota vigente em cada competência;

II – Em caso de impossibilidade de identificação das competências a que se refere o pagamento aplicar-se-á a alíquota vigente na competência em que for efetuado o pagamento;

III – Em qualquer caso, as contribuições correspondentes deverão ser repassadas à unidade gestora no mesmo prazo fixado para o repasse das contribuições relativas à competência em que se efetivar o pagamento dos valores retroativos, sob pena de incidirem os acréscimos legais previstos nesta Lei.

§ 9º. A contribuição previdenciária patronal e a parte retida dos servidores efetivos serão repassadas ao FUNPRELAG até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da competência a que se referir.

§ 10. É vedado o recolhimento, pelo segurado, de contribuição previdenciária retroativa para fins de obtenção de benefício previdenciário.

§ 11. Não haverá restituição de contribuições, salvo na hipótese de recolhimento indevido.

§ 12. Incidirá contribuição previdenciária prevista no **caput** e no § 1º sobre o auxílio-doença, salário-maternidade e auxílio-reclusão.

§ 13. Ocorrendo atraso nos repasses das contribuições previdenciárias de que tratam esse artigo, aplicar-se-á a o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da contribuição devida.

§ 14. As alterações necessárias do plano de amortização para o equacionamento do déficit atuarial, serão realizadas com base em avaliação atuarial e ato do chefe do Poder Executivo, nos termos da Portaria Ministerial nº 464/2018 e alterações posteriores.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 50. A estrutura organizacional do regime próprio de previdência social de Lagoa Grande será composta dos seguintes órgãos:

I – Unidade Gestora; e

II – Conselho Municipal de Previdência (CMP).

SEÇÃO I

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNPRELAG

Art. 51 – A administração do FUNPRELAG será executada de forma autônoma e independente da Prefeitura do Município, podendo ser contratada prestação de serviços especializados de terceiros.

Art. 52 – A administração do FUNPRELAG é exercida pelos seguintes órgãos:

- I – Conselho Deliberativo
- II – Conselho Fiscal;
- III – Comitê de Investimentos;
- IV – Gerência de Previdência.

Art. 53 – O Conselho Deliberativo do FUNPRELAG será constituído de seis membros efetivos e um membro suplente para cada um, a saber:

I – Dois segurados representantes do quadro efetivo do Poder Executivo, indicados pelo Prefeito, o qual designará um deles para presidir o órgão;

II – Um segurado representante do quadro efetivo do Poder Legislativo, podendo ser do quadro do Poder Legislativo, indicado pelo seu Presidente;

III – Dois segurados representantes do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais deste Município, indicados pelo sindicato ou associação de classe, onde houver;

IV – Um representante dos inativos e pensionistas, indicado pelo sindicato ou associação de classe, onde houver.

§1º - Os membros suplentes serão designados aplicando-se os membros critérios fixados para os membros efetivos e substituirão estes em suas licenças e impedimentos, sucedendo-os em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

§2º - O mandato dos membros componentes do Conselho Deliberativo será de quatro anos, sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

§3º - O conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples de voto.



§4º - A função de Conselheiro não será remunerada, devendo ser desempenhada em horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§ 5º - O conselheiro que, sem justo causa, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§ 6º - As deliberações do Conselho serão lavradas em Livros de Atas e as convocações ordinárias e extraordinárias serão feitas por escrito.

§ 7º - Será firmado Termo de Pose dos membros do Conselho Deliberativo

§ 8º Aos Membros Titulares do Conselho Deliberativo de Previdência será atribuído um jetom no valor de 7,5% (sete e meio por cento) do salário mínimo vigente por reunião ordinária.

§ 9º Somente receberão o jetom de que trata o parágrafo anterior os membros titulares do Conselho que efetivamente participarem das reuniões, ou na sua falta, o suplente que vier a substituí-lo.

§10º O jetom de que trata este artigo será custeado pelo FUNPRELAG, observado o limite da taxa de administração.

Art. 54 – Compete ao Conselho Deliberativo:

I – Aprovar a política e as diretrizes de investimentos dos recursos do FUNPRELAG, promovendo sua aplicabilidade;

II – Participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira do FUNPRELAG, em especial dos planos de custeio e de benefícios, solicitando informações à Gerência de Previdência;

III – Apreciar e aprovar os seguintes documentos elaborados pela Gerência de Previdência;

IV – Apreciar e aprovar os seguintes documentos elaborados pela Gerência de Previdência:

- a) Proposta orçamentaria anual FUNPRELAG;
- b) O relatório anual de atividades do FUNPRELAG, inclusive com demonstrações estatísticas dos benefícios concedidos no exercício;
- c) Os Balancetes Mensais, os demonstrativos financeiros, o Balanço e a Prestação de Contas Anual, acompanhados dos pareceres competentes do Conselho fiscal;

V – Deliberar sobre a aceitação de bens, legados e doações com encargos, oferecidos ao FUNPRELAG;

VI – Solicitar ao Prefeito, se necessário, a contratação de auditorias independentes;

VII – Apreciar e deliberar sobre estudos e nota Técnica Atuarial;



VIII – Adotar as medidas necessárias à garantia do recolhimento das contribuições previdenciárias previstas nesta lei;

IX– Promover ajustes à organizações e operação do FUNPRELAG, se necessário, podendo propor ao prefeito a contratação de entidades legalmente habilitadas e de experiência comprovada para as gestões do ativo e passivo do RPPS do Município.

Parágrafo único – São atribuições do Presidente do Conselho Deliberativo:

I – Dirigir e coordenar as atividades do Conselho Deliberativo:

II – Convocar, instalar e presidir as reuniões:

III – Avocar o exame e propor solução de quaisquer assuntos do FUNPRELAG:

IV – Praticar os demais atos de sua competência, nos termos desta Lei.

SEÇÃO II DO CONSELHO FISCAL

Art. 55 – O Conselho Fiscal será composto de quatro membros efetivos e um membro suplente para cada um, a saber:

I – Um segurado representante do quadro efetivo do poder Executivo, indicado pelo Prefeito;

II – Um segurado representante do quadro efetivo do Poder Legislativo, podendo ser do quadro do Poder Executivo, indicado pelo seu Presidente;

III – Um segurado representante do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município, indicado pelo sindicato ou associação de classe, onde houver;

IV – Um representante dos inativos e pensionistas, indicado pelo sindicato ou associação de classe onde houver.

§1º - Os membros suplentes serão designados aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos.

§2º - O mandato dos membros designados será de quatro anos, o qual deverá coincidir com o do Conselho Deliberativo, não sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

§3º - O conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas com o mínimo de votos.

§4º - A função de membro do conselho fiscal não será remunerada, devendo ser desempenhada em horário compatível com o expediente normal de trabalho.



§5º - O membro do Conselho Fiscal que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou a seus alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§6º - O conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião ordinária após a sua posse, dentre seus membros, por dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.

§7º - O presidente do Conselho Fiscal terá voz e voto desempate e as deliberações do Conselho Fiscal serão lavradas em livro de Atas.

§8º - Será firmado termo de posse dos membros do Conselho Fiscal.

§ 9º Aos Membros Titulares do Conselho Fiscal será atribuído um jetom no valor de 7,5% (sete e meio por cento) do salário mínimo vigente por reunião ordinária.

§ 10º Somente receberão o jetom de que trata o parágrafo anterior os membros titulares do Conselho que efetivamente participarem das reuniões, ou na sua falta, o suplente que vier a substituí-lo.

§11º O jetom de que trata este artigo será custeado pelo FUNPRELAG, observado o limite da taxa de administração.

Art. 56 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – Acompanhar a organização dos serviços técnicos;

II – Acompanhar a execução orçamentária do FUNPRELAG, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão.

III – Examinar as prestações efetivadas pelo FUNPRELAG aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;

IV – Proceder, em face dos documentos de receita e despesa, à verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos, para encaminhamento ao Conselho Deliberativo;

V – Encaminhar ao Conselho Deliberativo, até o mês de março de cada ano, com parecer técnico, o relatório da Gerência de Previdência relativos ao exercício anterior, o processo de tomada de contas, o balanço anual e inventário a ele se refere, assim como o relatório estatísticos dos benefícios concedidos;

VI – Requisitar à Gerência de Previdência ao Presidente do Conselho Deliberativo as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notifica-los para correção de irregularidades verificadas exigindo providência de regularização;

VII – propor ao gerente de Previdência as medidas que julgar de interesses para resguardar a lisura e transparência da administração do FUNPRELAG;



VIII – acompanhar, juntamente com o Conselho Deliberativo, o recolhimento mensal das contribuições para que sejam efetuadas no prazo legal, notificando o Prefeito Municipal e demais titulares de órgãos filiados ao RPPS, na ocorrência de irregularidades, alertando-os para os riscos envolvidos;

IX – Proceder à verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos, exigindo as regularizações quando necessárias;

X – Pronunciar-se sobre a alienação de bens imóveis do FUNPRELAG;

XI – Proceder aos demais atos necessários à fiscalização do FUNPRELAG, bem como da gestão do Regime Próprio de Previdência do Município.

SEÇÃO III DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Art. 57 - Fica criado o Comitê de Investimentos dos recursos financeiros do FUNPRELAG, como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, cujas decisões serão registradas em ata.

§1º O Comitê de Investimentos será composto por 03 (três) membros.

§2º Compete ao Chefe do Poder Executivo a nomeação dos membros do Comitê de Investimentos.

§ 3º Caso haja norma federal, quanto a composição do comitê de que trata o caput, o chefe do poder executivo poderá fazer as adequações necessárias por ato próprio.

§ 4º Aos Membros Titulares do Conselho Fiscal será atribuído um jetom no valor de 7,5% (sete e meio por cento) do salário mínimo vigente por reunião ordinária.

§ 5º Somente receberão o jetom de que trata o parágrafo anterior os membros titulares do Conselho que efetivamente participarem das reuniões, ou na sua falta, o suplente que vier a substituí-lo.

§6º O jetom de que trata este artigo será custeado pelo FUNPRELAG, observado o limite da taxa de administração.

§7º As atribuições e demais critérios para funcionamento do Comitê de Investimentos será objeto de regulamento expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO IV DA GERÊNCIA DE PREVIDÊNCIA

Art. 58 – A Gerência de Previdência, exercida por um gerente de Previdência e um assistente administrativo Financeiro, é o órgão executivo do RPPS subordinado ao Conselho Deliberativo incumbido de gerir o FUNPRELAG.



Art. 59 - Ficam criados na estrutura administrativa de cargos do Município, vinculados ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Orçamento, Planejamento e Gestão, um cargo comissionado, de Gerente de Previdência, com vencimento de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) e um cargo comissionado, de Assistente Administrativo Financeiro com vencimento de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§1º - Os cargos criados na forma deste artigo serão providos, preferencialmente, por portadores de nível superior e seus ocupantes firmarão o competente Termo de Posse.

Art. 60 - Compete ao Gerente de Previdência:

I - Representar o FUNPRELAG em juízo ou fora dele;

II - Gerir o FUNPRELAG em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, consoante o disposto nesta Lei e as deliberações do Conselho Deliberativo.

III - Providenciar, conjuntamente com o Assistente Administrativo Financeiro, as aplicações e investimentos a serem efetuados, consoante as deliberações do Conselho Deliberativo;

IV - Elaborar em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, a proposta orçamentária anual do FUNPRELAG;

V - Expedir instruções e ordens de serviços;

VI - Organizar, em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, os serviços de Prestação Previdenciária do FUNPRELAG;

VII - Assinar, em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, os cheques e documentos, respondendo pelos atos e fatos de interesse do FUNPRELAG;

VIII - Encaminhar os Balancetes Mensais, o Balanço e as contas anuais do FUNPRELAG para o Conselho Deliberativo e para o Tribunal de Contas do Estado, acompanhadas dos Pareceres do Conselho Fiscal;

IX - Submeter ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal os assuntos a eles pertinentes e facilitar aos seus membros o desempenho de suas atribuições.

X - Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal,

XI - Praticar os demais atos de sua competência, nos termos desta Lei.

Art. 61 - Compete ao Assistente Administrativo Financeiro:



- I** - Manter o serviço de protocolo, expediente, arquivo, bem como baixar ordens de serviços relacionados com aspecto financeiro;
- II** - Fornecer até o décimo dia útil de cada mês os informes necessários à elaboração do balancete do mês anterior,
- III** - Manter atualizadas as contabilidades financeira e patrimonial;
- IV** - Promover a arrecadação, registro e guarda de rendas e quaisquer valores devidos ao FUNPRELAG, e dar publicidade à movimentação financeira;
- V** - Providenciar a elaboração do orçamento anual e plurianual de investimentos, e acompanhar a sua execução;
- VI** - Providenciar a abertura de créditos adicionais, quando necessário;
- VII** - Manter controle dos serviços relacionados com a aquisição, recebimento, guarda e controle, bem como da fiscalização do consumo de material;
- VIII** - Manter controle sobre a guarda dos valores, títulos e disponibilidades financeiras e demais documentos que integram o Patrimônio do FUNPRELAG;
- IX** - Manter atualizado o cadastro dos servidores segurados ativos e inativos, e de seus dependentes, da Prefeitura, da Câmara Municipal e demais órgãos empregadores municipais vinculados ao FUNPRELAG;
- X** - Providenciar o cálculo da folha mensal dos benefícios a serem pagos pelo FUNPRELAG aos segurados e dependentes, nos termos desta Lei;
- XI** - Responder pelos procedimentos exigidos para a concessão de quaisquer benefícios aos segurados que o requeiram;
- XII** - Atender e orientar os segurados quanto aos seus direitos e deveres para obtenção de benefícios junto ao FUNPRELAG;
- XIII** - Proceder ao levantamento estatístico de benefícios concedidos e a conceder,
- XIV** - Substituir o Gerente de Previdência em seus impedimentos eventuais.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS DE GESTÃO



Art. 62 – O FUNPRELAG poderá ter pessoal requisitado dentre os servidores municipais, os quais serão colocados à sua disposição com todas as garantias, direitos e deveres asseguradas, não podendo perceber remuneração adicional pelo Fundo Previdenciário.

Art. 63 – Os membros representantes dos diversos órgãos colegiados da estrutura administrativa do FUNPRELAG não poderão acumular cargos, mesmo que indicados para órgãos distintos e por diferentes entes municipais ou entidades.

Art. 64 – Será afixado em quadro de avisos o Relatório Anual de Atividades contendo os pareceres dos Conselhos Deliberativos e fiscal, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício anterior, para conhecimento dos seus segurados.

Art. 65 – O Município manterá registro individualizado das contribuições dos segurados que conterá, além de nome e matrícula, demais informações pessoais, inclusive dos dependentes, os seguintes dados:

I – Base de contribuição, mês a mês, do segurado e dos entes Municipais;

II – Valores mensais e acumulados da contribuição do segurado e dos entes Municipais.

Parágrafo único – O segurado receberá extrato anual das informações de que trata este artigo.

DO PATRIMÔNIO E DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 66 - Os recursos financeiros e patrimoniais do FUNPRELAG serão aplicados no País por intermédio de instituições financeiras, de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional.

Art. 67 - O exercício social terá duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro.

Art. 68 - O FUNPRELAG prestará contas anualmente ao Tribunal de Contas e à Câmara Municipal através do Prefeito, respondendo seus gestores pelo fiel desempenho de suas atribuições e mandatos, na forma da Lei.

Art. 69 - É vedado ao FUNPRELAG atuar como instituição financeira, conceder aval ou aceite, bem como prestar fiança.

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 70. O direito ao benefício não prescreverá, mas prescreverão as prestações respectivas não pagas, e nem na época própria reclamadas, no prazo de 05 (cinco) anos contados da data em que forem devidas.

Art. 71. O FUNPRELAG poderá exercer suas atividades-fim ou atividades-meio, com auxílio de consultoria jurídica, de consultoria contábil, de consultoria



técnica previdenciária e demais consultoria.

Art. 72. Os benefícios previdenciários serão pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da competência a que se referir.

Art. 73. Os valores eventualmente pagos indevidamente a aposentados e pensionistas serão restituídos ao FUNPRELAG mediante retenção no benefício pago mensalmente.

Art. 74. O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus sucessores, mediante apresentação de alvará judicial, ou ao inventariante, com a exibição do termo de nomeação.

Art. 75. O titular de benefício previdenciário deverá comunicar quaisquer eventos que importem em seu cancelamento, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da sua ocorrência, sob pena das responsabilidades civil e penal.

§ 1º. Em caso de óbito do titular, a comunicação deverá ser efetuada por seus sucessores no prazo estipulado no **caput**.

§ 2º. Os débitos previdenciários ou estatutários não quitados pelo segurado serão devidos pelos beneficiários da pensão por morte, e, na falta destes, pelos herdeiros do segurado, na proporção da parte que lhe couber na herança, na forma da lei civil.

Art. 76. O segurado aposentado não poderá renunciar a sua aposentadoria para aproveitar o respectivo tempo de contribuição em outro cargo de provimento efetivo de filiação obrigatória aos regimes de que trata esta Lei Complementar, ou em outro regime de previdência social

Art. 77. O Chefe do Poder Executivo, no uso de suas atribuições legais, poderá regulamentar as diretrizes e procedimentos, necessários ou omissos, do Regime Próprio de Previdência Social de Lagoa Grande, inclusive quanto a aplicação do § 12, do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 78. Ficam referendadas integralmente:

I - a alteração promovida pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, no art. 149 da Constituição Federal; e

II - as revogações previstas na alínea "a" do inciso I e nos incisos III e IV do art. 35 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Art. 79. Esta Lei Complementar entrará em vigor no prazo de 45 (quarenta e cinco dias) da data de sua publicação.

§ 1º. Ficam revogados todos os dispositivos de lei municipal, ordinária e complementar, contrários a presente Lei Complementar, respeitado o direito adquirido.



Prefeitura
**Lagoa
Grande**

§ 2º. Ficam revogadas as Leis nº 036/2005 e 12/2020, observado as regras de transição desta Lei Complementar.

**Gabinete do Prefeito de Lagoa grande - Pernambuco, aos 28 de junho
de 2022.**


VILMAR CAPELLARO
Prefeito Municipal